



Módulos 01, 02 e 03

01.

- O agravamento da situação social provocado pela revolução industrial, a intensificação da miséria, dos conflitos, dos problemas urbanos, etc.
- A situação de instabilidade política e necessidade de conferir legitimidade ao aparato estatal criado pela revolução francesa.
- As mudanças no pensamento, na cultura, que permitiram a superação de Deus como argumento explicativo do mundo e a afirmação da ciência.

02. a

03. c

04. O Renascimento Científico e cultural promoveu uma importante ruptura com os valores medievais. Superando a dualidade moral que marcou a idade média lançou as bases de uma postura hedonista diante do mundo. Importava antes de qualquer coisa, retirar os homens da incomoda posição de submissão a um Deus absoluto. Reconduzi-los a condição de protagonistas da história. Para isso, importava demonstrar a capacidade criativa e inventiva dos homens, igualá-los ao criador, para superar a distância que os fazia incapazes de perceber os destinos coletivos como resultado da ação humana. No mesmo sentido, urgia instaurar um apostura crítica diante dos dogmas e das verdades baseadas na fé e na revelação. A afirmação do método científico (racionalismo, busca da objetividade, método analítico, método indutivo, etc.) deu-se negando e suplantando antigos “esquemas mentais”, explicações e/ou dogmas; submetendo “verdades eternas” à corrosão da dúvida. Urgia submeter o mundo ao escrutínio da razão, lançando mão de mecanismos experimentais que pudessem fundamentar um novo conhecimento acerca do mundo: a ciência.

05. O racionalismo deixou herdeiros em todas as ciências. Contaminou também a sociologia com a crença de que a razão é o único critério da verdade e estabeleceu os marcos da objetividade científica. Com ele vieram também as crenças na regularidade dos acontecimentos sociais, bem como a percepção de que a vida reside no todo. Assim foi possível inaugurar a primeira corrente do pensamento sociológico interessada em descobrir as leis gerais que regem o funcionamento do corpo social.

06. É preciso, nesta questão, retratar a transformação social e política vivida pela burguesia durante a Revolução Francesa. Isso implica a mudança radical da classe dominante e, portanto, do grupo dirigente do Estado. Implica, por conseguinte, a chegada dos setores mais conservadores da burguesia ao poder e sua luta pela manutenção daquilo que acabara de ser conquistado. Essas mudanças transformam também a forma de ver o mundo e encaminha a burguesia a abandonar parte de seus ideais para garantir a ordem. É por isso que a defesa de direitos se transmuta em defesa de privilégios.

07.

- a) É a Revolução Francesa.
- b) Essa revolução não só consolida o poder político nas mãos da burguesia, como cria um clima de conflito e caos responsável por animar a filosofia social a buscar remédios para a crise. Nesse sentido, a Revolução Francesa poderá dar o tom conservador da nova ciência.

08. c

09. b

10. a

11. d

12. d

13. d

14. c

15. d

16. a

17. b

18. b

19. a

20. d

Módulos 04, 05, 06 e 07

01. A sociologia, como as ciências naturais, seria capaz de capturar as regularidades de seu objeto de pesquisa, permitindo ao cientista prever as ocorrências. Deste modo, seria possível evitar ou reduzir os impactos de uma crise, fazendo com que a marcha da humanidade se aproxime, o quanto possível, da tendência natural.

02. Como se sabe, o Socialismo Utópico, ou como gostava de denominar Marx, o Socialismo Francês foi uma resposta de setores da burguesia às transformações maléficas do processo desencadeado pela Revolução Industrial. O cenário urbano caótico era composto por trabalhadores em condições de vida e trabalho indignas, assim como por proprietários temerosos do avanço do movimento operário de turbas desorganizadas de marginalizados de toda a espécie. Um sentimento reformador intencionava pôr em movimento reformas solidárias de recuperação das distâncias sociais e penalização dos setores parasitários (senhores de terras). Buscam numa ciência social as leis capazes de libertar da opressão trabalhadores, pondo fim ao antagonismo de classes, sem pôr fim às classes. Sonham com uma sociedade em que o conflito seja substituído pela harmonia social, para aqueles que vivem do lucro e os que vivem de salário. De uma certa forma, Comte também era um reformador social que pretendia responder cientificamente ao caos aberto pela consolidação da sociedade capitalista. Teorizando com as ferramentas explicativas das ciências naturais, em especial com as noções de organismo e equilíbrio, também projetará uma tendência harmoniosa, temporariamente abalada por contra-marchas na trajetória da história social. Como médico da sociedade, o sociólogo deve reconhecer a tendência e corrigir os desvios esporádicos que a sociedade por ser vítima. Bem, de uma maneira geral, em comum com as duas visões de sociedade há uma resposta positiva, no sentido filosófico – de reposição da ordem – às Revoluções Industrial e Francesa.

03. O termo designa a filiação do pensamento sociológico nascente às tradicionais e bem sucedidas ciências da natureza, sintetizada no termo *physis*, tal como a etimologia do termo pode demonstrar - lat. *physica*, ae ‘ciências naturais’, do gr. *phusiká* ‘coisas naturais’, pl. neutro do gr. *phusikê*, ês ‘ciência, estudo da natureza’, substv. do adj. gr. *phusikós*, ê, ón, de *phúsis* ‘natureza’, der. do v. *phúo* ‘botar, nascer, crescer’; o título do tratado sobre física *TàPhusiká*, de Aristóteles (384 a.C.-322 a.C.), ainda que não original, é do seu tempo; ver *fic(o)*- e *fisi(o)*-. “Física social” expressa a concepção de objeto de pesquisa na medida em que, inspirando-se nas ciências naturais, percebe a sociedade como um todo indivisível de funcionamento regular que condiciona suas partes a desempenharem papéis vitais para a vida coletiva. Nisso reside a essência do organicismo. Por outro lado, o termo “física social” revela a importação dos métodos das ciências naturais para o universo sociológico, fundamentalmente a crença no poder absoluto da razão em conhecer a verdade.

04. Organicismo e evolucionismo podem ser entendidos como termos emprestados das ciências naturais para interpretar o funcionamento da sociedade, credores portanto das concepções de totalidade e evolução tão comuns àquelas ciências. Suas funcionalidades estavam circunscritas à necessidade de combater as noções individualistas presentes no iluminismo e, por consequência, consolidar a crença de que a ordem social se impõe sobre as demandas e liberdades pessoais na constituição de um corpo social harmônico. Corpo esse que atravessou no século XVIII e XIX transformações produtivas aceleradas traduzidas na forma de tendência irrefreável de complexificação social.

05. Ordem e progresso são duas forças que agem sobre as sociedades determinando sua vitalidade e seu desenvolvimento. Sua relação é condicional, ou seja, a existência do progresso pressupõe a existência da ordem, sobretudo porque um corpo não pode evoluir se não estiver vivo e saudável. Esses conceitos expressão um desejo da classe dominante pós-revolucionária em consolidar a ordem, abalada pelo turbilhão revolucionário, e assim garantir o ritmo acelerado do progresso econômico e tecnológico.

Expressa mais o desejo do que a realidade, visto que o positivismo se constitui enquanto corrente sociológica inaugural num clima de crise e convulsão social, bem distinto da tendência registrada por Comte.

06. b 07. d

09. Aposta que a objetividade do conhecimento nasce do próprio objeto, logo, não discute a importância e o papel das subjetividades na construção do conhecimento; contribui também para o aprofundamento do cientificismo na medida em que colabora para a construção de uma perspectiva que enxerga a ciência como verdade absoluta.

10. Dürkheim. Trata-se de pensar a educação como uma ação externa e condicionadora do indivíduo, com a função primordial de estimular estados de consciência moral desejados pela sociedade (tida como entidade coletiva e com vida própria).

11. Não ser passível de censura significa não estar ao alcance da vontade individual, portanto ser exterior, ter vida própria, existir independente da existência individual.

12. O fato individual não é regular e expressa a psique, enquanto os fatos coletivos têm naturezas sociais, autônomas e externas em relação ao indivíduo, manifestando-se com regularidade.

13. Consiste na percepção de que o fato social não pode ser derivado das escolhas e consciências individuais, porque nasce de uma existência moral de origem necessariamente coletiva. A grande implicação dessa perspectiva está na percepção de que a relação indivíduo e sociedade dá-se centrada na segunda, o que determina uma postura metodológica neutra, e o conhecimento como a mera descrição da verdade objetivamente presentes nos fatos sociais.

14.

a) Exterioridade: os fatos sociais existem fora de nós, anteriormente e independentemente de nossas consciências individuais.

b) Coercitividade: capacidade que os fatos sociais têm de moldar os comportamentos individuais, o que se dá mediante de aplicação de sanções morais ou jurídicas aos comportamentos desviantes. Generalidade: dotados de coerção, dão origem a determinados padrões de comportamento, generalizando-se pelo tecido social.

15. Não. A existência do crime cumpre certa funcionalidade social, na medida em que suscita as punições indispensáveis para generalizar os comportamentos sociais.

16.

a) Sociedades marcadas por alta Divisão do Trabalho Social, cuja coesão estabelece-se mediante a afirmação da diferença, via especialização de funções – solidariedade orgânica.

b) Divisão anômica do Trabalho.

17. A divisão do trabalho social cumpre o papel da produção de solidariedade, fundamental para manter os indivíduos presos uns aos outros, evitando a anomia ou a fragmentação social. Na medida em que a divisão se manifesta, substituímos o padrão de solidariedade mecânica pelo de solidariedade orgânica, dando ao corpo social maior complexidade.

18. É normal todo fato social que reponha as condições de existência de uma dada sociedade, em outras palavras, a normalidade é marcada pela confirmação da validade das regras morais comuns à medida dos indivíduos de uma mesma sociedade. O crime é um fenômeno que arrasta consigo uma consequência imediata: o ódio ao crime. Odiar o crime significa ter sido provocado em sua sensibilidade coletiva, em seu bom senso, e, portanto, reagir na defesa de seus valores consolidados. Nesse sentido, o crime reforça o senso de justiça que compõe a consciência coletiva de uma sociedade. Todavia, esta abordagem também pode ser feita pela ótica estatística. A frequência dos atos criminosos é, surpreendentemente constante, e suas oscilações são delicadas e graduais. Isso permite Dürkheim imaginar que além de reproduzir a existência social, o fato social normal, dentro de sua generalidade, tem uma reprodução relativamente constante. Fugindo à tendência, um fenômeno patológico se apresenta alterando repentinamente os padrões estatísticos de sua frequência. Portanto, mais exatamente, uma certa taxa de crime é normal.

19. Alguns teóricos da França do final do século XIX foram tomados pelos processos revolucionários que abalaram constantemente a institucionalidade. É esse clima que contaminou Comte e Dürkheim, e o fizeram pôr suas teses a serviço da reorganização social. Dürkheim, em especial, preocupou-se o tempo todo com o diagnóstico de patologias e com a coesão social. Desagregações e conflitos que pudessem decorrer da relação entre capital e trabalho, bem como o surgimento de alternativas que se colocassem para além do capitalismo (como foi o socialismo) indicavam a ineficácia momentânea dos elementos de solidariedade, tanto mecânica quanto orgânica. Em última instância, ou como prefere um professor amigo, “no limite”, a sociedade deve reproduzir suas condições de existência para que a saúde afaste os riscos à vida do corpo social. Como se sabe, as condições de existência de uma sociedade estão representadas pelo respeito e a aprovação ao quadro de regras comum à média dos indivíduos. Em síntese, e atento exclusivamente à saúde social, Dürkheim teoriza sobre os problemas de solidariedade social que tem manifestação moral e não econômica, como prevêem os socialistas. Daí a distância do teórico francês em relação à essa matriz teórico-prática.

20. A normalidade e a patologia são denominações de Dürkheim para condições em que se encontra a sociedade em relação ao seu quadro atual de regras. Partindo do pressuposto que o respeito às regras morais comuns à média dos indivíduos de uma mesma sociedade é a condição de existência de corpos sociais, a normalidade seria, então, representada pela confirmação por parte da população da validade dessas regras. Em outras palavras, a manutenção da crença da sociedade na justeza dos padrões morais que constituem a consciência coletiva corresponde à saúde social. Dessa forma, por mais que atos odiosos provoquem algum tipo de trauma social, o simples fato de levarem o coletivo a ratificar a consciência coletiva, nos coloca diante de um fato social normal. Aliás, tais atos só são odiosos porque as pessoas preservam seu bom senso e suas noções de justiça. Portanto, se na Rússia, atos terroristas provocam abalo e comoção e são, de pronto, odiados pela população, que revoltada clama por justiça, temos a manifestação social a favor da regra instituída. Ainda que se possa discutir a sanidade do agressor, não haveria dúvida que a sociedade preservou ou até reforçou sua crença nos seus padrões morais consolidados.

21. Através da constatação da exterioridade do fato social. Sendo o fato exterior, nenhum cientista determinaria, por vontade própria, os caminhos e a natureza do fato. Eles são próprios do objeto e não dependem da opinião ou vontade de qualquer indivíduo, inclusive do próprio cientista.

22. Um fato social patológico é aquele que coloca em risco a vida da sociedade ao quebrar seu consenso. Sua manifestação é rara e passageira, produzindo-se em taxas insuportáveis para a sociedade. Mas, ainda assim, os fatos patológicos podem ter alguma utilidade, sobretudo quando deixam como herança a imunização da sociedade contra novas crises, o reforço de algumas instituições ou o progresso social.

23. Dürkheim tem sua importância destaca para a sociologia por atribuir-lhe o status de ciência ao definir objeto (o fato social) e método de pesquisa (a neutralidade científica manifesta no tratamento dos fatos sociais como coisas) próprios.

24. Os fatos sociais são maneiras de ser e agir presentes no cotidiano social que se manifestam de maneira exterior (independente da existência e vontade individuais), geral (cristalizado e comum no convívio de todos ou da maioria da sociedade) e coercitiva (impondo-se ou impondo padrões de comportamento).

25.

a) Não, porque reproduzem as condições de existência da sociedade, ocorrendo de forma extremamente geral, regular e dentro de limites moralmente suportáveis. Mas os suicídios variam de acordo com o grau de divisão do trabalho social. Isto é, em sociedades marcadas pelas similitudes (solidariedade mecânica) o suicídio mais freqüente é o altruísta. Nasquelas marcadas pela diferenciação (solidariedade orgânica) os suicídios mais freqüentes são os egoístas e anômicos.

CRITÉRIOS	SOLID. MECÂNICA	SOLID. ORGÂNICA
Elemento de COESÃO	Consciência coletiva	Divisão do Trabalho Social
Indivíduo se liga	Diretamente à sociedade, sem intermediários	Às partes ou aos outros indivíduos
Força atuante	Centrípetas	Centrífugas
Individualidade	Reduz-se na razão inversa da consc. coletiva. O sujeito não se pertence!	Intensifica-se, o indivíduo internaliza as regras e impedimentos morais
Identidade	Entre os iguais – similitudes	Entre os diferentes – como nos corpos orgânicos
Direito Predominante	Repressivo	Restitutivo
Suicídio + recorrente	Altruista	Egoísta e Anômico

26.

- a) Significa ser o suicídio um fato social, composto por suas três características: é geral, exterior e coercitivo.
- b) Desde que a taxa anual de suicídio esteja dentro dos limites moralmente definidos como aceitáveis por cada sociedade, será indiscutível a normalidade do fato. Portanto, a alteração para níveis insuportáveis, seja para baixo ou para cima, revelam o caráter patológico do fato.
- c) Usar o método de Durkheim para interpretar o suicídio implica reconhecê-lo como um fenômeno que tem vida própria, logo independe da vontade ou da existência do cientista, cabendo-lhe, exclusivamente, sua descrição como se ele fosse uma “coisa”.

27. a 28. a

29. a 30. c

31. d 32. d

33. VVFF 34. VFVV

35. b 36. c

37. d 38. a

39. d 40. b

41. a 42. b

43. c 44. b

45. c 46. b

47. a 48. b

49. a 50. a

51. b 52. d

53. d 54. d

55. c 56. d

57. b 58. d

59. c 60. a

61. b 62. c

63. c 64. c

65. c 66. b

67. c 68. d

69. d 70. a

71. De acordo com a definição de educação proposta por Durkheim ela (educação) representaria a ação das gerações mais velhas sobre as crianças e os adolescentes, sobre aqueles que a sociedade ainda não se encontra completamente presente. Isto significa que a função da educação é constituir o ser social, dar-lhe um sistema de ideias, de sentimentos e de hábitos. Dessa forma, agrega-se ao ser associativo e egoísta uma natureza capaz de vida moral e social. Cria-se no homem o ser novo e lhe possibilita as condições de viver em sociedade.

72. Anomia seria uma situação na qual a divisão do trabalho social não venha conseguir produzir solidariedade, a despeito, inclusive, da especialização das funções. Quando isso ocorrer é porque os órgãos que compõem o corpo social não foram capazes de auto-regular suas funções, de forma que não podem assegurar o equilíbrio, integração e coesão social, pois não estiveram suficientemente em contato. Anomia, assim, é o egoísmo generalizado por falta de uma orientação moral. Portanto, numa situação anômica falta para a sociedade um conjunto de orientações morais que guiassem a conduta dos indivíduos e os integrassem a sociedade.

73. Relacionando os comentários com a sociologia durkheimiana é possível perceber que o crime provoca uma ruptura dos laços de solidariedade, e sua incontestável reprovação serve, do ponto de vista da sociedade em questão, para confirmar e vivificar valores e sentimentos comuns e, desde uma perspectiva sociológica, permite demonstrar que alguns valores possuem a função de assegurar a existência da própria associação, ou seja, atos desse tipo acabam por reforçar a consciência coletiva e a moral social. A vingança é exercida contra o agressor na mesma intensidade com que a violação por ele perpetrada atingiu uma crença, uma tradição, uma prática coletiva, um mito ou qualquer outro componente mais ou menos essencial para a garantia da continuidade daquela sociedade.

74. A sociologia positivista de Émile Durkheim nasce como uma jovem ciência ao assumir como tarefa intelectual repensar o problema da ordem social, enfatizando a importância das instituições que segundo ele desempenham papéis fundamentais na integração e na coesão da vida social. Assim, a moral na sociologia durkheimiana é o mínimo indispensável, o estritamente necessário, o pão cotidiano sem o qual as sociedades não podem viver. A moral nos obriga a seguir um caminho determinado em direção a um objetivo definido – e quem diz obrigação diz, com isso, coerção.

75. O sociólogo aposta que a objetividade do conhecimento nasce do próprio objeto, logo, não discute a importância e o papel das subjetividades na construção do conhecimento; contribui também para o aprofundamento do cientificismo na medida em que colabora para a construção de uma perspectiva que enxerga a ciência como verdade absoluta.

76. Durkheim entende por solidariedade os laços que unem os membros entre si e ao próprio grupo, a qual pode ser orgânica e mecânica, de acordo com o tipo de sociedade. Solidariedade orgânica é aquela típica das sociedades capitalistas, onde, através da acelerada divisão do trabalho social, os indivíduos se tornam interdependentes. Essa interdependência garante a união social, em lugar dos costumes, das tradições ou das relações sociais estreitas. Nas sociedades capitalistas, a consciência coletiva se afrouxa, ocupando um menor “espaço”. Assim, ao mesmo tempo que os indivíduos são mutuamente dependentes, cada qual se especializa numa atividade e tende a desenvolver maior autonomia pessoal. Já a solidariedade mecânica, para Durkheim, era aquela que predominava nas sociedades pré-capitalistas, onde os indivíduos se identificavam através da família, da religião, da tradição e dos costumes, permanecendo em geral independentes e autônomos em relação à divisão do trabalho social. A consciência coletiva aqui exerce todo seu poder.